Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASPECTOS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, NO PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, RIO DE JANEIRO, ENTRE OS DIAS 31 DE MARÇO E 3 DE ABRIL DE 1969, EDITADA EM FOLHETO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DISTRIBUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL (COLEÇÃO ATUALIDADES BRASILEIRAS).

APRESENTAÇÃO

As quatro partes da entrevista presidencial, exibidas em cadeia nacional de televisão entre 31 de março e 3 de abril de 1969, estão aqui reunidas integralmemte, acrescidas, tanto quanto possível, daquilo que o Presidente da República disse de improviso e que passou a ser uma extensão do texto, ora enriquecendo-o com informações novas, ora penetrando nele para melhor oferecer à compreensão do telespectador o essencial de cada assunto.

Faltam, naturalmente, alguns dos elementos que deram à longa entrevista de quatro horas, dividida em tapes *de cerca de sessenta minutos cada um, o interesse especial despertado em todo o País: limitadas ao texto escrito, as respostas dadas às perguntas da Imprensa não puderam guardar, por exemplo, a espontaneidade que lhe imprimiram a voz do Presidente e seu modo particular de reduzir ao fundamental, e à simplicidade nuclear dos problemas expostos, as fórmulas e soluções que parecem complicadas em seu revestimento técnico.*

O Museu da Imagem e do Som, *do Estado da Guanabara, tomou a iniciativa de gravar e conservar em seus arquivos toda a entrevista, que poderá ser ouvida a qualquer momento por quem quer que se interesse, eventualmente, pela reconstituição da atmosfera psicológica em que ela decorreu e que seria impossível reproduzir no tipo de texto estabelecido para esta publicação.*

O que se vai encontrar aqui é o documento puro, valioso subsídio para a história de um momento importante da evolução política e administrativa do País.

O Editor

A ENTREVISTA

Senhores Jornalistas:

Tomei a iniciativa deste encontro com os homens que manipulam as notícias e vivem nobremente delas, para comemorarmos juntos mais um aniversário da nossa Revolução. Digo «nossa,» porque pretendemos que ela continue a ganhar a consciência nacional, de tal modo que muito brevemente ninguém neste País, nem mesmo entre aqueles que hoje a combatem, duvidará de que o Movimento de 31 de Março de 1964 nasceu dos impulsos mais profundos da Nação brasileira, inconformada com a estagnação em que se encontrava e disposta a romper, com energia e rapidez, a barreira do subdesenvolvimento.

Mas digo «nossa Revolução» neste instante, sobretudo, porque ela foi obra também da Imprensa, que nos ajudou decisivamente na tarefa preliminar e importantíssima de esclarecer a opinião pública e despertá-la para os equívocos que muitas vezes a levaram a confundir anarquia com liberdade, e a tomar, em muitos casos, o estridor da demagogia irresponsável como expressão veemente da vontade de servir e realizar.

As perguntas que os Senhores me fizeram, e que aqui estão, devidamente meditadas, permitem que o Chefe do Governo alargue e aprofunde algumas das indicações mais significativas — oferecidas à Nação em minha Mensagem do último dia 15 — de que a Revolução caminha para atingir todas as suas metas, a primeira das quais é a valorização do esplêndido elemento humano de que dispomos para transformar o Brasil em um país verdadeiramente grande, seguro, feliz e respeitado.

Para isto, precisamos da cooperação de todos. Não excluo nenhum setor da opinião nacional do apelo — quase digo: da convocação — que ora faço, no sentido de uma integração patriótica e por isso mesmo alta, em favor do desenvolvimento do Brasil, da paz e do bem-estar dos brasileiros.

Precisamos triunfar da pobreza. E o triunfo — repitamos um dos lemas olímpicos — *o triunfo é trabalho de todos.*

Vamos começar.

Pergunta — (O Globo) — Algumas dificuldades diplomáticas foram criadas após o 13 de dezembro. Terá o Governo conseguido superá-las? Total ou parcialmente, em caso de resposta afirmativa?

Resposta — O 13 de dezembro assinala um evento político de características exclusivamente internas. Em conseqüência, não vejo como se poderiam criar dificuldades diplomáticas. Mantemos hoje, com todos os países amigos, as mesmas relações cordiais e de respeito mútuo que mantínhamos anteriormente àquela data.

Pergunta — (Última Hora) — Cómo encara Vossa Excelência as perspectivas da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos? Que problemas deverão figurar na agenda das conversações com o enviado especial do Presidente Nixon, Governador Rockefeller?

Resposta — Sempre considerei essas perspectivas com o maior interesse. A próxima visita do Governador Nelson Rockefeller será naturalmente uma boa oportunidade para explorar novas formas de cooperação entre os dois países. Não existe propriamente uma agenda para as conversações. O ilustre visitante dispõe de ampla liberdade para desincumbir-se plenamente da missão que lhe foi confiada pelo Presidente Nixon.

Nada melhor definiria a missão Rockefeller do que estas palavras textuais, proferidas em Washington pelo Presidente Nixon:

«Por acreditar profundamente na importância das relações especiais existentes entre os Estados Unidos e as demais repúblicas americanas, tenho o prazer de anunciar hoje que o Governador Nelson Rockefeller empreenderá uma missão presidencial, a fim de verificar os pontos-de-vista dos dirigentes das nações latino americanas.

O objetivo dessa missão presidencial é ouvir os dirigentes, realizando com eles consultas referentes ao desenvolvimento de objetivos comuns e dos programas conjuntos de ação, que irão fortalecer a unidade do Hemisfério Ocidental e acelerar seu desenvolvimento econômico e social.

Desejo salientar — disse ainda o Presidente Nixon — que as viagens do governador serão viagens de trabalho, e não visitas de cerimônia. O Governador Rockefeller visitará cada país a fim de ouvir os dirigentes latino-americanos, recolhendo seus pontos-de-vista e opiniões.»

Pergunta — (Manchete) — Teve o Governo brasileiro algum sintoma de mudança da política norte-americana em relação à América Latina, depois da posse do Presidente Richard Nixon?

Resposta — A designação do Governador Nelson Rockefeller, a que nos referimos anteriormente, para entrar em contato com representantes de governos latino-americanos, revela, por si, que o Presidente Nixon mantém em relação à América Latina o mesmo interesse e as mesmas inclinações amistosas que foram de seus mais eminentes predecessores na Casa Branca. Evidentemente, poderá haver mudanças, porque a própria dinâmica das relações interamericanas não aconselharia atitudes de mera expectativa. Ao contrário, impõe-se o constante reexame dessas relações, a fim de aprimorá-las cada vez mais.

Pergunta — (Manchete) — As contendas entre os Estados Unidos, de um lado, Peru e Equador, de outro, sobre a fixação do limite das águas territorias levaria o Governo brasileiro a um reexame de nossas fronteiras marítimas?

Resposta — São problemas que pertencem ao âmbito das relações bilaterais desses países. Qualquer decisão sobre fixação do Limite das águas territoriais brasileiras configura um ato de soberania. Nossa orientação a respeito será adotada tendo em vista os interesses nacionais e os deveres do Brasil como membro da comunidade internacional.

Deste ponto-de-vista, o Brasil atua com a preocupação de contribuir para a unidade do Continente. Um dos principais comentaristas da imprensa norte-americana percebeu isto muito bem, quando assinalou recentemente, no «New York Times,» que o nosso País «tem atuado em silêncio nos últimos dias, para poupar embaraços aos Estados Unidos numa reunião econômica da América Latina, programada para 31 de março em Santiago». O articulista põe em foco, em última análise, a maturidade da diplomacia brasileira, observando que (palavras textuais) «a decisão do Presidente norte-americano de enviar o Governador Rockefeller à América Latina incentivou o Brasil a propor aos latino-americanos que se juntassem para apresentar idéias a respeito. Após aceita a proposta, tendo o Chile oferecido sua Capital como sede da reunião, aumentou a tensão entre os Estados Unidos e o Governo do Peru».

A sugestão brasileira, no sentido de que se adiasse a reunião para momento mais propício, contribuiu para aliviar as tensões e já foi apoiada pela maioria dos países do Hemisfério.

Isto é tudo o que pode ser dito pelo Presidente do Brasil, em resposta à pergunta da revista «Manchete.»

Pergunta — ***(Agência EFE)*** — Estima o Senhor Presidente que o reequipamento bélico empreendido pelo Governo Argentino traria perigo ao equilíbrio existente no Hemisfério Sul?

Resposta — As Forças Armadas de qualquer país, para estarem em condições de bem cumprir o importante papel que lhes cabe no quadro da segurança nacional, devem manter-se devidamente atualizadas na sua doutrina, no seu adestramento e no seu armamento e material. Na América do Sul não foi possível, com oportunidade desejada, realizar-se a modernização do armamento e do material de que careciam e carecem as Forças Armadas para enfrentar, de forma adequada, as modernas formas de agressão armada. Assim, não nos parece lógico classificar-se como corrida armamentista ou desejo de rompimento de pretenso equilíbrio armamentista existente no Hemisfério Sul, o justo anseio de países irmãos de tratar da modernização de suas Forças Armadas, tendo em vista mantê-las militarmente preparadas para cumprir sua destinação constitucional. Essa modernização, por certo, está voltada para a salvaguarda da segurança externa e interna da Pátria e não para o possível desenvolvimento de guerra de conquista.

Pergunta — (O Dia) — No conjunto das medidas destinadas a conter o processo inflacionário, o Governo situou a política de salários como um dos pontos de maior importância. Perguntamos ao Senhor Presidente da República se o vigente disciplinamento de salários pode ser considerado como um fator essencial de contenção da espiral inflacionária e se existe possibilidade de liberalização dos sistemas em vigor?

Resposta — Os salários atuam por si mesmos, como causa de inflação, quando aumentados desordenadamente, para atender às pressões sindicais ou eleitoreiras. O Governo revolucionário, corajosamente, adotou uma política salarial antiinflacionária, que, impedindo os aumentos «generosos,» proporciona incrementos salariais justos e faz os trabalhadores, através da produtividade, participarem dos frutos das empresas. Como tal, essa política é essencial à contenção da pressão inflacionária. «Liberalizá-la» seria reconduzir o Brasil à aventura salarial e à irresponsabilidade.

Pergunta — (Última Hora) — O Brasil tenta, no momento, estabelecer uma política de fretes marítimos nas linhas de longo curso que vise a dar-nos, pelo menos, 80 por cento do transporte de mercadorias entre as várias nações que conosco comerciam. Poderia Vossa Excelência enumerar quais as nações com que o Brasil já estabeleceu esse tipo de convênio e quais as perpectivas para o futuro? Há, ou houve, reações internacionais ao estabelecimento dessa política de fretes por parte de nosso País?

Resposta — O Brasil já estabeleceu as linhas mestras de sua política de fretes. Mais precisamente, firmou acordos de tráfego com os países da península escandinava, com os Estados Unidos, Europa e Extremo Oriente. Na realidade, esses acordos só se tornaram possíveis através de atitudes irreversíveis. Houve, efetivamente, a partir da Resolução nº 2.995/67, da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, dispondo sobre o tráfego marítimo entre o Brasil e os demais países, protestos sob a alegação de que teria havido violação do princípio de liberdade dos mares. Grupos de armadores das chamadas terceiras bandeiras se manifestaram de forma agressiva.

Entretanto, vencidos tais obstáculos, a política de fretes continua a ser mantida com a mesma determinação. Alguns dos seus resultados podem ser resumidos da seguinte forma:

Tráfego Brasil — Escandinávia: inteiramente livre para os cargueiros brasileiros, sem restrição de qualquer espécie.

Tráfego Escandinávia — Brasil: Divisão igual, ou seja, 50% das cargas. Em alguns casos 100% nas cargas governamentais.

Tráfego Brasil — Estados Unidos: 65% às bandeiras nacionais, isto é, Brasil — Estados Unidos, aumentando para 80% em dez anos. Os restantes 35% iniciais, reduzidos para 20% em dez anos, divididos entre os armadores das terceiras bandeiras.

Tráfego Brasil — Europa: O Brasil tem 50% da carga no sentido sul e 32,5% no sentido norte, aumentando para 40% no prazo de dez anos.

Interessante assinalar a maior repercussão nas publicações especializadas do Exterior do que, propriamente, das nossas. «The Economist» e «Die Zeit» se referiram de forma veemente ao fato de que o Brasil já possui legislação apropriada, enquanto seus países ainda não pensaram nisso.

Os fretes provenientes desses acordos — que, em 1968, já renderam ao Brasil nada menos que 150 milhões de dólares — chegarão, certamente, aos 200 milhões este ano, o que representa expressiva vitória da atual política de fretes, mormente se considerarmos estas cifras, comparando-as com as de antes da adoção de tal política quando ao Brasil cabiam apenas 50 milhões de dólares.

Quando me refiro a países, não aludo a seus governos, muito menos a seus povos, mas a empresas e grupos que lutaram e ainda lutam, duramente, para manter o Brasil afastado do negócio dos fretes, que é o segundo maior negócio do Mundo, depois do petróleo.

Com esses grupos e essas empresas, travamos uma longa, silenciosa e áspera batalha, desde os primeiros dias de meu governo. Enfrentamos, inclusive, o «jogo sujo,» como eles próprios chamam e do qual se valeram para quebrar-nos o ânimo e levar-nos a desistir daquilo a que tínhamos direito e ficou sem defesa durante muitas décadas.

Um dia, ainda no começo da batalha, o Ministro Mário Andreazza procurou-me para comunicar que um país escandinavo estava decidido a não deixar atracar em seus portos um navio brasileiro que para lá se dirigia, levando carga. Alegava-se que a História não registrava exemplo de navio mercante, conduzindo a bandeira do Brasil, haver entrado em qualquer porto desse País.

Perguntei ao Ministro dos Transportes:

— E há algum navio deles viajando para o Brasil?

— Há dois, respondeu-me.

— Então mande dizer que nenhum dos dois atracará também em porto brasileiro. Vamos mudar a história!

Resultado: veio um emissário discutir conosco o assunto, nosso navio atracou lá e os deles estão atracando aqui.

Eu precisaria de muitas horas para falar de nossa política de fretes e dos esforços que tivemos de fazer para impor o reconhecimento de nossos direitos e interesses legítimos, correndo, inclusive, os riscos de «jogo sujo» realizado contra nós. Os interessados no negócio dos fretes, na medida em que se ampliavam nossas perspectivas de vitória, chegaram a financiar campanhas de difamação contra o Ministro Andreazza e imprimiram folhetos, que foram distribuídos principalmente

nos quartéis, nos quais o Ministro dos Transportes era apresentado, mentirosamente, como corrupto, proprietário de edifícios de apartamentos.

Tudo isto fez parte da batalha dos fretes e do tributo que pagamos para defender, corajosamente e sem descanso, os interesses de nosso País. Mas estamos vencendo.

*Pergunta — (**Rádio Jornal do Brasil**)* — Após a experiência com a Constituição de 1967, como vê Vossa Excelência a tese favorável a uma nova Constituição? Poderia uma nova Carta solucionar a crise política, atendendo, ao mesmo tempo, aos ideais revolucionários?

Resposta — A Constituição de 24 de janeiro de 1967, como se lê no preâmbulo do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, deveria ter por finalidade institucionalizar os ideais e princípios da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, e assegurar a continuidade da obra revolucinária.

Acontece, porém, que, após pouco mais de um ano de sua aplicação, ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o Presidente da República, no interesse da Nação, do Povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que introduziu modificações na Constituição de 24 de janeiro de 1967, visando, ainda, com atos posteriores, a criar um clima capaz de manter, em caráter duradouro, os objetivos da Revolução brasileira entre os quais se encontram a reconstrução política, social e econômica do País, mantendo a ordem interna, impulsionando o desenvolvimento e reafirmando o prestígio internacional do Brasil, como Nação autenticamente democrática.

Sustentei sempre que a Constituição só seria modificada se os fatos a isto me conduzissem. E, mais cedo do que julgava, o inevitável aconteceu, impondo-me, como Chefe-de-Estado, uma decisão suprema que jamais julgara necessária. Faltaria, porém, a meu dever para com a Nação e o povo brasileiro se não o fizesse. E pelos atos que estou praticando, com consciência e desprendimento, respondo perante o povo, porque o faço em seu benefício e para o bem do Brasil.

Uma coisa, no entanto, é certa. A Constituição há de ser o instrumento de institucionalização dos ideais e princípios da Revolução, que assegure a continuidade da obra revolucinária, que não permita, jamais, retornem ao cenário político os seus adversários, ostensivos ou ocultos, e os que, no desempenho de cargos públicos ou de mandatos eletivos, se servirem do País, em vez de o servirem.

E com essa Constituição o País encontrará o que todos desejamos.

Pergunta — (Última Hora) — Acha Vossa Excelência necessária, em face dos acontencimentos, uma reforma completa da Constituição? Pretende submeter essa reforma ao Congresso?

Resposta — Ainda é cedo para fixar os limites da reforma, que não creio, entretanto, precise chegar a todos os capítulos da Constituição. É claro que vamos submetê-la ao Poder Legislativo. O Congresso não foi suprimido, mas encontra-se apenas em recesso, nos termos do Ato Complementar nº 38.

Pergunta — (Última Hora) — Pretende o Governo oferecer garantias à Oposição, para que ela possa exercer o seu papel na mecânica do sistema democrático, sem risco de ser considerada subversiva?

Resposta — Respondo afirmativamente e acrescento que à Oposição nunca faltaram garantias para o exercício de seu papel, que reputo indispensável ao que o Senhor chama «a mecânica do sistema democrático».

Pergunta — (Última Hora) — Por que as autoridades federais têm preferido aplicar a jornalistas a Lei de Segurança e não a Lei de Imprensa?

Resposta — A esta pergunta, como Chefe do Poder Executivo, não me compete responder. Os órgãos próprios do Poder Judiciário é que têm decidido e continuarão a decidir a esse respeito.

Pergunta — (Diário de Notícias) — Qual o aumento do rendimento por hectare de superfície cultivada em 1968?

Resposta — Como a pergunta não especifica os tipos de cultura, fica impossível tirar a média de rendimento, em face da diversificação existente e das peculiaridades de cada produto. Enumero, entretanto, os principais resultados alcançados, que julgo da maior importância para o aumento da produção que obtivemos em 1968: *Trigo* — O rendimento por hectare passou de 721 quilos em 1967 para 903 em 1968, representando 25,2 por cento a mais; *Arroz* — Passou de 1.202 quilos em 1967 para 1.278 em 1968, o que representa aumento de 18,9 por cento; *Milho* — Passou de 1.358 quilos em 1967 para 1.615 em 1968, aumento de 6,3 por cento; *Soja* — Em 1967 foram produzidos 735 quilos e em 1968 a produção aumentou para 996 quilos: aumento de 32,6 por cento, e *Algodão* — De 1.139 quilos em 1967, passou para 1.297 em 1968: crescimento de 13,8 por cento. A produtividade do abacaxi aumentou em mais de 400 por cento por hectare, com rendimento proporcional na venda do produto.

Pergunta — (Rádio Jornal do Brasil) — O Programa Estratégico de Desenvolvimento dá grande ênfase ao aperfeiçoamento da Educação Primária e à erradicação do analfabetismo. Chega mesmo a propor a realização de uma «Operação-Escola» a partir de 1969. Não obstante, iniciado o ano letivo, o problema de vagas no primário subsiste. Só em poucos centros urbanos se consegue dar cumprimento ao

dispositivo constitucional que prevê a obrigatoriedade do ensino primário para os brasileiros dos 7 aos 14 anos. A par desta situação, não há senão alguns movimentos isolados cuidando da alfabetização de adultos. Que medidas pretende tomar o governo de Vossa Excelência em relação a tais problemas?

Resposta — As medidas tomadas pelo Governo Federal para atender à obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos de idade estão consubstanciadas na Operação-Escola — projeto prioritário, no setor da Educação, do Programa Estratégico de Desenvolvimento.

A meta geral da Operação-Escola é a elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento da produtividade do ensino primário.

No que se refere ao problema de vagas, quase todos os Estados já escolheram as áreas nas quais se cumprirá a obrigatoriedade escolar a partir de 1969. Foram feitos os levantamentos estatísticos básicos e estão sendo tomadas as medidas iniciais para o atendimento a todas as crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Várias unidades federais já elaboraram, mesmo, o decreto de obrigatoriedade escolar nas áreas por elas selecionadas.

É preciso assinalar que, segundo a Constituição Federal, cabe aos Estados e ao Distrito Federal a organização de seus próprios sistemas de ensino. Sem embargo, tendo ampliado sua ação supletiva, o Governo Federal destinou para 1969 uma verba de 131 milhões, 124 mil e 900 cruzeiros novos para o ensino primário.

Os Estados recebem, ainda, do Governo Federal assistência técnica, visando à melhor adaptação dos programs às necessidades sociais e econômicas; à diminuição do caráter seletivo da escola; pela reforma dos padrões de promoção; à formulação de *staffs*, ao aperfeiçoamento do magistério, medidas previstas na reformulação da educação primária, a cargo do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Em resumo, as medidas que cabem ao Governo Federal para a elevação do nível de atendimento do ensino primário já foram tomadas e estão em fase de execução.

Pergunta — (Associados) — Há milhões de jovens brasileiros sem acesso às escolas, condenados às trevas do analfabetismo e, portanto, incapacitados de desfrutar os privilégios de uma vida digna. Quando pensa Vossa Excelência que esse fator negativo será removido do quadro sócio-econômico do Brasil?

Resposta — O problema do analfabetismo em nosso País foi, infelizmente, durante muito tempo, fruto de desídia dos mais variados setores públicos, e, também — por que não dizer? — da própria comunidade. Diversas experiências têm sido tentadas, a partir de 1947, mas sem firmeza. Agora, estamos decididos a trabalhar sem descanso nesse setor. Temos 23 milhões de patrícios que ainda não sabem ler,

escrever e contar. Precisamos, o quanto antes, integrar essa massa no processo nacional de desenvolvimento. Para tanto, algumas providências foram tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Entre elas, duas avultam pelo volume que atingirão a curto prazo: a institucionalização da Operação-Escola, nas capitais de Estados ou em cidades de maior densidade demográfica, nas quais a população de 7 a 14 anos será totalmente escolarizada, e para os maiores de 14 anos o Governo decidiu criar a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, que começa agora a dar seus primeiros passos. Esta entidade agirá com métodos pedagógicos novos, de caráter funcional, conforme experiências já testadas pela UNESCO em alguns países. Deveremos situar os analfabetos em faixas prioritárias, de modo a que eles se possam integrar no esquema produtivo da economia brasileira. Para realizar estes planos, o Governo não medirá esforços. Não faremos nada sem ordem, sem planejamento, sem racionalização. Os dispêndios serão feitos à luz das necessidades e dentro dos padrões mais modernos do processo educacional, usando-se as últimas conquistas no terreno dos audiovisuais e treinamento e aperfeiçoamento do magistério. Para chegarmos a resultados razoáveis, esperamos poder contar com a cooperação permanente dos Governos Estaduais, das Prefeituras, das comunidades religiosas, das associações civis e de todos os cidadãos.

Neste momento, o Ministro da Educação e Cultura concentra todo o seu trabalho na busca dos elementos que configurem uma solução apropriada para o problema. Ademais, o Governo vem fornecendo aos Estados e Municípios recursos vultosos, através de convênios firmados justamente para a construção de novas salas de aulas, ampliação de estabelecimento de ensino já existentes e aprimoramento profissional dos mestres.

Nestes dois anos de Governo, já conseguimos avançar muito nessa área, que tem sempre seus resultados conhecidos a médio e a longo prazos.

Pergunta — (A Notícia) — A Reforma Universitária a que se dedicou o Governo de Vossa Excelência vem reabrir novos horizontes para a formação de técnicos e profissionais liberais de nível superior. Daí perguntamos a Vossa Excelência se é de esperar que medidas de tão alta importância venham a ser praticadas no mesmo grau de magnitude em relação à formação de mão-de-obra especializada para os diversos setores da produção nas cidades e nos campos.

Resposta — A preparação de mão-de-obra especializada tem sido uma das faixas de alta prioridade na estratégica do desenvolvimento. Nos dois últimos anos, através da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, foram preparados 11.530 trabalhadores visando ao atendimento da crescente demanda de pessoal quali-

ficado para os mais variados campos da indústria nacional. Para o presente ano, o treinamento deverá atingir a 78.443 operários em todos os Estados.

Além disso, o Governo está modernizando o parque mecânico de 88 escolas técnicas e industriais, entre oficiais e da iniciativa privada, em projetos baseados em financiamento externo, por meio de convênios com mais de dez países, entre europeus do Leste e do Oeste e os Estados Unidos da América. O valor de tais documentos é superior a cinqüenta milhões de cruzeiros novos. Grande parte desses equipamentos já foi desembarcada em vários portos nacionais nos últimos meses.

No ensino secundário, o Ministério da Educação e Cultura tem pronto para ser desfechado o seu programa de ginásios orientados para o trabalho, baseados em oficinas para técnicas agrícolas, artes industriais e técnicas comerciais. No ensino comercial, a profissionalização na escola é feita pelo sistema das classes-empresas, cujos resultados vêm sendo positivos. No ensino agrícola, com a incorporação do setor ao Ministério da Educação e Cultura, uma nova linha de planejamento está sendo traçada para 14 colégios e 12 ginásios agrícolas. Dezessete antigos colégios foram transferidos para Universidades. O ensino de Economia Doméstica tem sete escolas. Em Urutaí, no Estado de Goías, o Ginásio Agrícola foi transformado em Centro de Preparação da Mão-de-Obra Qualificada em Pecuária, a partir de 1967.

Pergunta — (*Diário de Notícias*) — Qual o aumento efetivo de matrículas concedidas neste ano letivo nas escolas superiores do País, em geral, e no Rio, em particular?

Resposta — O aumento do efetivo de matrículas no ensino superior é um dos pontos mais positivos do Governo nesses dois anos de ação. Quando assumi a Presidência da República, em 15 de março de 1967, o total de universitários brasileiros não passava de 180.109, matriculados em escolas espalhadas por todo o País. No ano letivo de 1968, esse total passava a 212.882 alunos. Ao final do mesmo ano, com o aproveitamento de excedentes e a abertura de novas escolas, quase todas voltadas para setores prioritários do nosso desenvolvimento, ia a 282.830. Para este ano letivo, o Grupo de Trabalho que estudou o assunto, no Ministério da Educação e Cultura, admitiu o mínimo de cento e dez mil novas matrículas na primeira série dos diversos cursos em funcionamento. Para que isto sucedesse, só no ano passado foram criadas e autorizadas a funcionar, pelo Conselho Federal de Educação, 70 novas unidades de ensino superior, dentre as quais tiveram maior número as dedicadas à Engenharia, Medicina e Filosofia.

Desta sorte, com os vestibulares que ainda estão sendo realizados em vários pontos do País, além do aproveitamento de um contingente de candidatos considerados excedentes, no corrente ano letivo deveremos dobrar o total de universitários em relação ao ano em que inicia-

mos o Governo. Este esforço vem comprovar, mais uma vez, que a atual Administração se acha voltada, do modo mais sério, para a qualificação do homem brasileiro.

Pergunta — (Última Hora) — Uma Junta de arbitragem internacional tenta resolver o impasse criado entre o Brasil e os Estados Unidos, no tocante à venda de café solúvel brasileiro no mercado interno daquele País. Vossa Excelência poderia informar qual seria a posição brasileira no caso, e que instruções leva o representante brasileiro naquela Junta. O Brasil concordaria com a criação de uma sobretaxa para, segundo os norte-americanos, permitir que o café solúvel produzido por eles possa concorrer em igualdade de condições com o nosso que é vendido nos Estados Unidos?

Resposta — A Junta Arbitral estabelecida de acordo com o art. 44 do Convênio Internacional de Café encerrou os seus trabalhos a 28 de fevereiro último. O Governo brasileiro recebeu os votos dos três árbitros designados e está examinando as medidas a adotar em decorrência dos mesmos.

O assunto está sendo estudado pelos Ministros da Indústria e do Comércio, Exterior e Fazenda.

Pergunta — (Fatos e Fotos) — Tem o Governo idéia de como vai o plano de absorção, pela indústria nacional, dos jovens recém-formados por nossas Universidades?

Resposta — A criação de novos empregos qualificados decorre do processo de desenvolvimento econômico, em que se empenha o Governo através da execução do Plano Estratégico. Com o crescimento, em 1968, do produto industrial, em cerca de 14%, é evidente que novas oportunidades de emprego foram criadas. O ritmo de expansão do setor, em 1969, permite admitir que a indústria nacional absorverá de forma crescente os engenheiros, economistas e técnicos em geral, saídos de nossas universidades.

Agora mesmo admitimos no setor da energia elétrica: 70 técnicos de nível superior; 80 auxiliares técnicos; e 30 auxiliares administrativos. No setor de pesquisas minerais: cerca de 400 geólogos, recém-saídos das academias.

Pergunta — (O Globo) — É sabido que o Governo se mostra otimista, em relação ao futuro próximo, quanto ao Setor Econômico. Poderia Vossa Excelência enumerar os itens principais em que se apóia esse otimismo?

Resposta — A estratégia adotada para o desenvolvimento fundamenta o crescimento não mais exclusivamente na substituição de importações, que caracterizou a etapa anterior, mas na aceleração do desenvolvimento de um conjunto de setores dinâmicos, a saber:

1) Consolidação das indústrias básicas (indústria de bens de capital, siderurgia, metais não-ferrosos, indústria química e mineração de ferro) e reorganização das indústria tradicionais;

2) aumento da produtividade agrícola e modernização do sistema de abastecimento;

3) fortalecimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, e

4) fortalecimento da infra-estrutura social, notadamente no tocante à educação e habitação.

Os resultados obtidos em 1968 mostram o acerto das medidas postas em prática, que resultaram na maior taxa de crescimento dos últimos sete anos, estimada em 6,5%; no mais elevado nível de emprego industrial — acréscimo de 14% em relação a 1967; em expressiva taxa de desenvolvimento industrial, entre 12 a 15% — e no mais alto nível de exportações jamais alcançados pelo País, no total de US$ 1.890 milhões.

O aumento das exportações corresponde a 14,3% em relação a 1967. O *superavit* do balanço de pagamentos, associado ao comportamento favorável da conta de capital, permitiu uma elevação de US$ 100 milhões nas reservas externas, que atingiram o nível de US$ 680 milhões. A tendência ascendente revelada pelos indicadores de conjuntura, com o nível de atividade econômica, atingindo setorialmente taxas elevadas de crescimento, indica perspectiva bastante favorável para o ano de 1969.

Nosso otimismo corresponde à expectativa externa, em relação ao futuro do Brasil, como potência de primeira grandeza, e ao que estamos fazendo para levá-lo a esse destino certo. Agora mesmo, um dos colunistas mais lidos e conceituados da imprensa carioca publica uma nota sobre entrevista que alta personalidade da indústria norte-americana concedeu à revista francesa «Valoir». A essa personalidade, perguntou a revista: «Quem ameaça mais diretamente a economia dos Estados Unidos: a Alemanha ou o Japão?» A resposta foi esta: «Nossa preocupação maior é em relação aos países destinados à liderança mundial, no futuro: o Canadá e o Brasil.»

Pergunta — (Tribuna da Imprensa) — Depois do Ato nº 5, alguns setores do Governo se empenham em uma polêmica rumorosa sobre o lucro, seus limites, seu conceito social , sua legitimidade. Terá ocorrido ao Presidente Costa e Silva que seu governo caminha para inacreditável mas visível contradição, praticando uma espécie de socialismo no plano interno, mas estimulando, permitindo e consolidando a mais ruinosa forma de imperialismo no plano externo?

Aparentemente, essa política no plano interno pode trazer resultados ou até aplausos ao Governo. Mas, por que não executá-la tam-

bém no plano externo, quando, aí sim, traria extraordinários benefícios ao País? Ou em outras palavras: se o Governo limita o lucro dos industriais brasileiros, por que deixa os diversos grupos estrangeiros, mais soltos do que nunca, obtendo lucros em cima de lucros, e com a agravante de serem lucros produzidos sem o menor investimento de capital?

Resposta — Numa economia de mercado, como a brasileira, o lucro constitui simultaneamente o indicador que dirige os investimentos privados e uma parcela importante daquela renda que é destinada a aumentar a capacidade de produção. Nessas condições, a posição do Governo consiste, simplesmente, em reconhecer o papel fundamental que o lucro desempenha no funcionamento da economia, embora, em algumas situações excepcionais, tenha de intervir de modo a preservar, exatamente o bom funcionamento do sistema. Não é outro o sentido de recentes medidas de política fiscal, estimulando de forma positiva a reinversão de lucros no processo produtivo, facilitando a dinamização dos investimentos, o aumento do emprego e, enfim, dos níveis de bem-estar da coletividade. Contudo, em alguns casos em que os lucros não representam o papel que lhes cabe, seja na orientação de novos investimentos, seja na formação de excedentes para investimentos, como em alguns casos de formação de quase monopólio, é necessário tomar algumas medidas restritivas. Mesmo assim, a forma pela qual tais medidas têm sido tomadas não limita propriamente a margem de lucros dos empresários em geral, ou dos empresários nacionais em particular, mas apenas atinge um setor limitado da produção que, eventualmente, esteja operando em condições de monopólio, nas quais o mercado não apresenta, por si mesmo, condições de reagir.

É típico da orientação do Governo, neste particular, o procedimento adotado no caso famoso da IOS (*Investor Overseas Services*). Cerca de quatro mil cidadãos brasileiros e estrangeiros radicados no País investiram clandestinamente milhões de dólares. Com a ação inflexível do Governo, foi possível apurar que eram feitas remessas de dólares, ilegamente, para o estrangeiro em detrimento de nossas reservas monetárias e dos interesses do Tesouro Nacional.

Decidimos mandar publicar no *Diário Oficial* uma relação parcial dos investidores, declarando-os inidôneos; e anistiar aqueles que, voluntariamente, comparecessem ao órgão arrecadador e:

— pagassem o imposto de renda, selo e multa relativos à apólice de seguros;

— investissem os dólares refaturados em Obrigações Reajustáveis do Tesouro.

A maioria dos investidores ainda não se apresentou. Mas já foram obtidos os seguintes resultados:

1. atenderam, voluntariamente, 1.569 pessoas, que tiveram, em conseqüência, regularizada sua situação;

2. foram adquiridas 59.372 Obrigações Reajustáveis, as quais, somadas aos depósitos vinculados, ultrapassam a quantia de 4,5 milhões de cruzeiros novos.

Eis como procede o Governo e como encara o lucro. Não somos nem poderíamos ser contrários ao lucro. Somos contra a fraude, que será por nós combatida por todos os meios. Desejamos, até, que os lucros aumentem, que os investidores, nacionais ou estrangeiros, ganhem cada vez mais. Quanto maiores forem os lucros, maior será a margem de reinvestimentos. Tudo isto significa mais empregos, mais desenvolvimento, enfim.

Não somos contrários a que cidadãos brasileiros tenham dinheiro no Exterior. Saibam os Senhores: ter dinheiro no Exterior não é proibido. O que não admitimos é que um cidadão mantenha depósito em país estrangeiro e não o inclua em sua declaração de bens, nem pague o imposto de renda correspondente.

Parece bastante clara nossa posição e suficientemente respondido o libelo mal dirigido da «Tribuna da Imprensa».

Pergunta (O Globo) — Cinco anos de sacrifícios não foram suficientes para vencer a inflação. Julga Vossa Excelência que 1969 será, afinal, o ano da vitória sobre a inflação?

Resposta — A mim repugna pensar no tempo decorrido a partir de 1964 como «cinco anos de sacrifícios». Prefiro vê-los como anos de realismo. Na verdade, o esforço de correção do processo inflacionário representa um sacrifício. Mas é o sacrifício daquela pequena minoria que se beneficia, em detrimento da grande maioria do povo brasileiro, e que resiste a uma distribuição mais justa da renda nacional. Seria mais agradável combater a inflação de forma menos severa. Como, infelizmente, nenhuma «fórmula mágica» foi ainda descoberta, só nos resta trabalhar duramente e nos conformarmos com a certeza de que o pequeno sacrifício que nós, a minoria privilegiada deste País, fazemos agora, aliviará em muito o enorme sacrifício que milhões de brasileiros vêm suportando há, pelos menos, duas décadas. É importante salientar que a opção tomada pelos dois governos revolucionários, em favor de um combate gradual à inflação, minimizou de modo satisfatório a gravidade do problema.

Recordo-me de que, já eleito mas não empossado, fui recebido em Washington pelo Presidente Johnson, que em meio a uma conversa variada e cordial me perguntou:

— Presidente, como é possível governar um país com uma taxa de 40% de inflação?

Tomei um lápis e um pequeno bloco, que se encontrava em cima da mesa, e respondi, fazendo um gráfico:

— Seria, realmente, horrível se partíssemos do zero para o 40.

Mas no Brasil, a partir de 1964, estamos vindo do 100 para o 40. O problema deve ser visto assim, para ser entendido. Seria terrível se estivéssemos trabalhando com uma inflação representada em ramo ascendente.

O Presidente Johnson sorriu, concordando, e acrescentou, sério:

— Como a nossa, neste momento...

Pergunta (Diário de Notícia) — Com os cortes efetuados no Orçamento para 1969 e a redução feita no porcentual do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, considera o Governo que este exercício poderá se encerrar sem *deficit* de caixa?

Resposta — O *deficit* de caixa situou-se no nível programado, em 1968: NCr$ 1,2 bilhão, idêntico, em valor absoluto, ao verificado em 1967, porém 24% inferior em termos reais. A porcentagem do *deficit* de caixa em relação ao Produto Interno Bruto caiu, assim, de 2,1% em 1967 para 1,6% em 1968, nível esse que deverá ser substancialmente reduzido em 1969, em razão das novas providências já adotadas: redução do Fundo de Participação de Estados e Municípios (AC nº 40), proibição de admissões, mesmo para prestação de serviços mediante recibo, proibição de compra de carros de passeio, contenção de gastos no regime de tempo integral e despesas no Exterior.

Cabe relembrar que, no atual Governo, o ônus do combate à inflação foi deslocado do setor privado para o setor público. Em lugar de transferir encargos ao setor privado, através de aumento de impostos, fretes, lançamento maciço de Obrigações Reajustáveis do Tesouro no mercado de ações; preferimos reduzir o *deficit* orçamentário, impondo restrições ao próprio Governo, mediante uma série de medidas de contenção, tais como proibição de admissões, proibição de aquisição de carros de passeio pelas repartições, redução progressiva de até 10% nos gastos de pessoal em cada Ministério. Ainda quando se reduz o porcentual do Fundo de Participação, essa redução se faz em recursos destinados ao *setor público*, nos Orçamentos dos Estados e Municípios, que, aliás, não estavam anteriormente sujeitos a nenhuma disciplina de aplicação. Os demais recursos transferidos aos Estados — Fundos Vinculados e Incentivos Fiscais, estimados estes últimos, no corrente ano, em um trilhão e cem bilhões de cruzeiros novos — permaneceram intocados.

Pergunta (Diário de Notícias) — Qual a expectativa da taxa inflacionária para 1969 e 1970 e qual o prognóstico relativo ao aumento do Produto Nacional Bruto no período?

Resposta — No combate à inflação, os resultados de 1969 situaram-se dentro dos objetivos governamentais. Tais objetivos resumem-se na contenção, cada ano, do ritmo de inflação do ano anterior, sem a fixação de metas específicas, dada a preocupação paralela do Governo com a elevação do nível de atividade econômica.

Tomados os índices médios que refletem melhor a tendência dos preços, verifica-se continuarem a reduzir-se acentuadamente as taxas, havendo os níveis médios de 1968 crescido 22% em relação a 1967, contra elevação de 30,5% em 1967, em relação aos níveis de 1966. Em 1969, esperamos uma redução ainda mais expressiva na taxa de inflação, em conseqüência da continuidade das medidas que já vimos adotando, além das novas providências para contenção de gastos públicos. Quanto ao Produto Interno, que em 1969 cresceu em 6,5% a meta estabelecida no Programa Estratégico de Desenvolvimento é de um crescimento de, no mínimo 6% ao ano sendo 7/8% para a indústria e 5/6% para agricultura.

Pergunta (Diário de Notícias) — Temos notícias de que a produção de tratores e máquinas agrícolas se encontra estagnada, senão em recesso, com a paralisação, inclusive, de algumas fábricas de tratores. Como pretende o Governo estimular a produtividade agrícola sem o apoio paralelo à mecanização rural?

Resposta — Embora não existam informações mais minuciosas quanto a máquinas agrícolas, sabe-se que a produção de tratores médios cresceu, entre 1967/1968, a uma taxa superior a 13%, enquanto a produção de tratores pesados mais que dobrou, aumentou de 140%. Nessas condições, as informações existentes indicariam um crescimento substancial da produção desses equipamentos. Na verdade, desde sua implementação, a indústria de tratores recebeu todo o apoio governamental. E continua auferindo benefícios. Desde 1967, quando a produção apresentou uma queda considerável em vista do comportamento pouco favorável da renda agrícola, o Governo Federal tomou providências no sentido de estimular a colocação de tratores nacionais, reduzindo substancialmente as taxas de juros para financiamentos, aumentando prazos e estabelecendo a isenção do IPI. Restaria lembrar que o Governo está, realmente, estimulando a *produtividade agrícola e a mecanização rural na medida em que cria condições para que esses implementos agrícolas* estejam ao alcance do agricultor, pela fixação de preços e condições de financiamento compatíveis com seu nível de renda.

Pergunta (O Globo) — Muitos objetam que a lentidão com que se processa a Reforma Administrativa poderia comprometer o êxito das demais reformas. Gostaríamos de registrar os comentários de Vossa Excelência sobre esse ponto.

Resposta — A Reforma Administrativa não está sendo implantada com lentidão. Pelo contrário, não fosse o desembaraço de movimentos e o aumento de rendimento ocorrido nos vários setores da administração, por certo não poderia o Governo ter apresentado os resultados alcançados em 1967 e 1968. O ataque frontal à burocracia teve início em maio de 1967, com o lançamento da Operação-Desem-

perramento. Os grupos de trabalho criados nos Ministérios, nessa primeira fase de implantação, lançaram-se à remoção dos seguintes obstáculos:

1. centralização das decisões;
2. rotinas complicadas;
3. exigências burocráticas e controles excessivos, onerosos ou injustificados;
4. execução direta de serviços de natureza local, suscetíveis de transferência mediante convênios com os Estados e Municípios; e
5. execução direta de serviços passíveis de contratação.

A primeira etapa da Operação-Desemperramento permite ao Governo mostrar à opinião pública os seguintes resultados concretos, obtidos até 31 de dezembro do ano passado:

a) 888 delegações de competência nos diversos Ministérios, representando 16.076 atribuições delegadas aos escalões inferiores, que resultaram em 8.983.237 documentos que deixaram de subir às autoridades delegantes. Tudo isso significando: decisão mais rápida dos assuntos; mais tempo disponível nos escalões superiores para dirigir, planejar, coordenar; maior capacidade de decisão dos escalões inferiores; em síntese: maior eficiência administrativa;

b) 260 repartições reorganizadas e 166 regulamentos (ou normas) revistos, significando estruturas mais simples, mais rasas, mais flexíveis, estruturas ajustadas às funções dos órgãos, extinção de órgãos desnecessários e ajustamento dos organismos federais aos princípios da Reforma Administrativa;

c) 780 rotinas identificadas, 171 rotinas levantadas e 57 rotinas simplificadas, significando menos burocracia, além de redução de custos, com milhares de passos eliminados e impressos economizados;

d) 900 chefias de órgãos federais, nos Estados, já capacitada a, dentro dos princípios e diretrizes do Decreto-lei nº 200/67, receber as atribuições que lhes serão transferidas em decorrência da descentalização administrativa.

Em 1969, o processo de implantação da Reforma Administrativa ganhará maior impulso ainda, em vista da nova estratégia de ação, posta em prática pelo Decreto Nº 63.500, de 31-10-68, que criou a Comissão Central da Reforma Administrativa Federal, um Coordenador da Reforma Administrativa em cada Ministério e uma estrutura descentralizada e coordenada de agentes da reforma em cada Secretaria de Estado. Nos dois primeiros meses do ano, os dados preliminares indicam terem sido baixados 86 atos de organização. Por outro lado, sabendo-se que as delegações de competência são, em boa parte, divul-

gadas em boletins internos, expressivo é o número desses atos publicados no *Diário Oficial*, nos primeiros dois meses de 1969, pois ascendem a mais de 50, envolvendo mais de mil atribuições delegadas.

No campo de treinamento intensivo para a Reforma Administrativa, estão em curso os trabalhos de formação de Coordenadores de Treinamento de 156 agentes da reforma administrativa do Ministério dos Transportes. A programação para 1969 é extensa, inclui a regulamentação de sistemas previstos no Decreto-lei Nº 200/67 e será desenvolvida, em grande parte, à base de projetos específicos diversificados, os quais serão levados a efeito pelos Ministérios, através da Comissão Central da Reforma Administrativa Federal.

Cabe destacar que o processo foi iniciado com uma série de delegações do próprio Presidente da República, transferindo para a esfera ministerial a decisão de casos individuais de solução razoavelmente padronizada, os quais, por força da legislação vigente, eram ainda encaminhados ao Planalto.

Pergunta (Agência EFE) — A atual conjuntura sócio-econômica na América Latina exige, a juízo dos técnicos, empreender a unidade na ação do sistema hemisférico, frente a outros mercados regionais. Prepara o Brasil alguma tese para a formação de um bloco latino-americano que permita fazer frente às medidas protecionistas do Mercado Comum Europeu (MCE) e de outras associações?

Resposta — A América Latina, muitas vezes por iniciativa do Brasil, tem adotado posição firme em relação a sistemas regionais de integração de mercado que apresentem aspectos discriminatórios para seu comércio externo. Não somos contra os agrupamentos regionais, quando eles se conformam com princípios que regem o comércio internacional. Admitimos a integração regional como um processo que, em determinadas circunstâncias, é desejável ou mesmo indispensável à aceleração do progresso de uma região. Caminhamos mesmo para a integração econômica da América Latina, agora através da ALALC e futuramente do Mercado Comum Latino-Americano.

Aplaudimos a formação do Mercado Comum Europeu pelos seus efeitos políticos e econômicos no fortalecimento da Europa Ocidental, mas sempre nos batemos contra o sistema discriminatório das preferências que o Mercado Comum Europeu estendeu aos países africanos associados, porque contraria as regras internacionalmente aceitas e fere diretamente nossos interesses. Achamos de toda justiça que os países ricos do Mercado Comum ajudem com esquemas especiais o desenvolvimento de nossos amigos da África, mas não às custas das oportunidades de comércio da América Latina.

Espero que já estejamos às vésperas do fim dessa discriminação comercial, substituída por um sistema que beneficie a todos os países em desenvolvimento.

Pergunta (O Globo) — Como recebeu Vossa Excelência os conceitos expendidos no último documento do Episcopado Católico, que lhe foi entregue, em fevereiro, no Palácio Rio Negro?

Resposta — Trata-se de documento em que se expõe o alto pensamento da Igreja sobre algumas das preocupações do nosso tempo. Recebi-o muito bem, com a devida consideração.

Pergunta (Jornal do Brasil) — Confia Vossa Excelência em que poderá transmitir o Governo a seu sucessor, em 1971, com a ordem política restaurada e a plena vigência da Constituição?

Resposta — Confio em que as dificuldades deparadas pelo Governo para manter, em sua plenitude, a ordem político-constitucional vigente até 13 de dezembro, sejam superadas o mais rapidamente possível, para que a ela voltemos com a garantia de que seus inimigos não conseguirão ameaçá-la, muito menos rompê-la. Há reformas a fazer, indispensáveis para dar verdade, segurança e estabilidade ao regime democrático. Nelas já estamos trabalhando, com o cuidado de não comprometê-las pelas impaciências que determinaram as falhas a corrigir. Repito que a Revolução tem um compromisso democrático, assumido consigo mesma, e é a ela que mais interessa a consolidação da democracia, contra a qual se batem os democratas de indústria no Brasil.

Pergunta — As datas previstas para as eleições de 1970 e 1971, serão mantidas ou ainda dependem de reexame, e também estão condicionadas à reforma política?

Resposta — Todo o processo político está condicionado, evidentemente, às reformas que estamos empreendendo, mas não quanto à data a que o Senhor se refere e que alude a um dos traços essenciais do regime: a transitoriedade dos mandatos.

Quero ser ainda mais claro. O que posso assegurar — e assumo, a uma distância de dois anos, este compromisso solene — é que passarei a faixa presidencial e o cargo, no dia 15 de março de 1971, àquele que for eleito pelo povo, através de seus representantes, para me suceder.

Pergunta (Meridional) — A *Agência Meridional*, na primeira entrevista coletiva concedida por Vossa Excelência, indagou das providências a serem tomadas pelo Governo, no terreno das comunicações. Hoje, sente-se honrada em congratular-se com Vossa Excelência pelos resultados obtidos, mormente com a instalação do sistema de comunicações por satélite. Perguntamos se o Governo dispõe ainda de recursos para ampliar o seu programa de trabalho e quais as metas ainda visadas.

Resposta — Sim, dispomos de recursos para a execução dos programas em curso.

Para as comunicações do País com o Exterior, já inauguramos a Estação Terrena de Tanguá, que proporciona ao brasileiro comunicações internacionais, via satélite, através de telefonia, telex e televisão.

No campo das comunicações internas, as metas visadas são as seguintes:

a) expansão dos serviços urbanos;

b) implantação dos planos estaduais de comunicações;

c) execução dos troncos nacionais, interligando as capitais de todos os Estados e Territórios.

Estes troncos, de alta capacidade, permitirão a transmissão de todos os tipos de sinais.

Em construção — Tronco Sul: São Paulo — Porto Alegre; ampliação Rio — São Paulo; ampliação Rio — Belo Horizonte — Brasília; Tronco Nordeste: Belo Horizonte — Fortaleza; Tronco Oeste: São Paulo — Campo Grande.

Em concorrência — Brasília — Belém — Manaus — São Luís — Teresina.

Em estudo — Campo Grande — Porto Velho e ligações dos Territórios.

Desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul, são cerca de 18.000 km de troncos de microondas.

Os recursos em aplicação decorrem do Fundo Nacional de Telecomunicações e os investimentos previstos atingirão a importância de um trilhão e 350 milhões de cruzeiros novos, no período de 1968 a 1970.

Os programas do Ministério das Comunicações são executados pela EMBRATEL e pelo DCT.

Este é um setor vital para o desenvolvimento e nele vamos deixar uma marca indelével de nossas intenções e dos nossos esforços para modernizar o Brasil e dar aos brasileiros melhores condições de progresso e de vida. No domínio das comunicações, como em todos os outros, esta é nossa meta principal.

Pergunta (*Fatos e Fotos*) — Quais os resultados positivos do *Projeto Rondon*, além de proporcionar a uma parcela dos estudantes conhecer mais profundamente a realidade dos problemas brasileiros?

Resposta — O Projeto Rondon, movimento nascido no meio universitário, não visa a resultados imediatos. É uma concepção de diálogo; é uma chamamento concreto e diferente à nossa mocidade, para participação franca, leal e responsável na grande luta pela Integração Nacional.

Foram quase 15.000 as inscrições para a participação no PR-3, numa previsão de apenas 5.000 vagas. Cerca de 4.400 universitários trabalharam no interior brasileiro, nas mais precárias condições de conforto, sem receber indenização alguma.

Outro resultado inegável que ele já nos trouxe foi o despertar da consciência nacional para a Amazônia. Por volta de 1.200 universitários deslocaram-se ao longo do Amazonas e de todos os seus grandes afluentes, enfrentando o verdadeiro «desafio brasileiro».

Mais um resultado que não se pode negar ao Projeto Rondon é estar contribuindo para a criação de uma Universidade integrada na realidade nacional.

O Projeto Rondon tem mostrado ao Governo, ainda, o valor do aproveitamento de nossa Juventude. Os resultados parciais já apurados anunciam que ultrapassaram a casa dos 300.000 atendimentos médico-odontológicos realizados. Várias centenas de horas de aulas ministradas a professoras leigas do Interior; um milhar de fossas, centenas de pequenos projetos de engenharia, centenas de palestras sobre desenvolvimento comunitário, Clubes de Mães, Clubes de Jovens, Conselho de Comunidade, hortas e, acima de tudo, uma grande mensagem de esperança e confiança àquelas populações sofridas e desesperançadas.

Por exemplo, já existe no Ministério do Interior um Grupo de Trabalho estudando a criação de «*campi avançados*» para as Universidades que desejarem possuí-los no interior do País.

Outra medida, já em fase de encaminhamento, é o aproveitamento de recém-formados, ou de formados nos últimos três ou quatro anos, nas funções administrativas dos Territórios Federais.

Várias outras medidas poderiam ser ainda citadas, como conseqüências diretas ou indiretas do Projeto Rondon, as quais vem sendo objeto de continuados estudos e que serão divulgados, tão logo se atinja sua correta formulação.

Pergunta ***(idem)*** — Já tem sido ou vão ser adotadas medidas governamentais com base nas observações desses grupos?

Resposta — A própria caracterização do movimento como projeto bem define que o mesmo está ainda em fase de sedimentação e estruturação.

É um movimento que se consolida com uma dinâmica extraordinária, mas ainda colhendo experiência. Por essa razão o Governo não procurou adotar medidas apressadas em face das observações dos universitários. As informações trazidas por estes grupos são encaminhadas aos órgãos interessados, para que passem a ser consideradas como novos fatores de raciocínio na solução dos problemas a que se referem.

Pergunta ***(Manchete)*** — Antes da política de incentivos fiscais, o grande problema do Nordeste era o desemprego. A instalação de indústrias altamente automatizadas acentuou, porém, o subemprego. Existem estudos para enfrentar-se a nova situação?

Resposta — O problema de mão-de-obra excedente, no Nordeste, tem sido objeto de grande preocupação do Governo e de cuidados especiais por parte da SUDENE. Os projetos industriais aprovados e que significam a implantação, na área, graças aos mecanismos dos denominados incentivos fiscais, de nada menos de 645 empreendimentos, serão responsáveis pela criação de 123 empregos diretos, possibilitando, ainda, a ampliação das oportunidades, através de 400.000 empregos indiretos. O nível médio salarial dos empregos diretos, levando-se em conta as variações do mercado de trabalho, totalizariam NCr$ 8.602,00 (oito mil seiscentos e dois cruzeiros novos) para as atividades industriais relativas a vestuário, calçados, artefatos e tecidos, elevando-se tal cifra a NCr$ 85.359,00 (oitenta e cinco mil trezentos e cinqüenta e nove cruzeiros novos), diante da presença da indústria química na região, cujos efeitos indiretos sobre a economia envolvem reflexos positivos no aproveitamento de matérias-primas, além de propiciar o desenvolvimento de indústrias conexas e apreciável melhoria nas atividades agrícolas, com arregimentação de faixas cada vez mais amplas da mão-de-obra nordestina.

Afora as 645 indústrias, resultantes dos projetos aprovados, a SUDENE vem acelerando, nos últimos meses, os programas de assistência às médias e pequenas empresas, já tendo atendido a 345 propostas de financiamento.

Convém, entretanto, salientar que o programa de industrialização não poderia pretender a absorção de toda a mão-de-obra ociosa do Nordeste. Diante do realismo com que aquela Superintendência vem enfrentando os problemas da região e no empenho de concretizar antigas preocupações, já se preconiza, através do IV Plano Diretor, o estabelecimento de metas paralelas, que objetivam a criação de novas faixas agrícolas, destinadas à implantação de lavouras irrigadas, e a elaboração de projetos de colonização, tendentes a atenuar os surtos migratórios, em direção aos principais núcleos urbanos, melhor beneficiados pelos programas de industrialização. Promover-se-á, assim, a fixação do homem do campo, corrigindo-se, tanto quanto possível, seu deslocamento para as grandes cidades de Recife, Salvador e Fortaleza, para apenas citar as metrópoles mais expressivas e os centros populacionais de maior densidade da região.

Pergunta (Rádio Tupi) — É sabido o Governo de Vossa Excelência vem dando ênfase excepcional ao Plano Nacional de Habitação. Poderia Vossa Excelência antecipar quantas novas unidades residenciais deverão estar concluídas quando terminar o seu mandato? Esse número representaria que porcentagem, em relação ao *deficit* habitacional em março de 1967? Até esta data, quantas unidades foram construídas?

Resposta — Ao término de meu governo, entre unidades construídas, e em conclusão, já com os recursos assegurados para o término das obras, o número se elevará a 930 mil unidades residenciais.

Não é possível estabelecer uma porcentagem, porquanto o *deficit* habitacional existente só será conhecido no censo de 1970. Já foram tomadas as medidas necessárias nesse sentido. Contudo, o Governo está enfrentando o problema de *deficit* habitacional, que é mais de qualidade de habitação do que numérico, da seguinte forma:

1. Pelo Plano Habitacional, que representará, ao fim de meu governo, as 930 mil unidades já mencionadas.
2. Pelo estímulo à iniciativa privada autônoma, isto é, não vinculada ao Plano Nacional de Habitação, que confia na manutenção de uma lei do inquilinato justa para locatários e locadores.
3. Pelo desenvolvimento do Sistema Financeiro de Saneamento, que deverá estender a todas as cidades brasileiras a oportunidade de dispor de abastecimento de água e, em seguida, rede de esgotos.
4. Através de programas de saneamento, na área do Ministério da Saúde.
   Dessa forma, o *deficit* habitacional — que nas áreas urbanas é estimado em dois e meio milhões de habitações, isto é, moradias que não apresentam condições mínimas de habitabilidade — deverá estar praticamente eliminado nesse mesmo período. A estimativa de *deficit* na área rural deverá também estar fortemente reduzida pela conjugação daqueles programas de saneamento e saúde pública.

Até a presente data, foram financiadas através de convênios e contratos: 425.000 unidades; construídas (desembolso terminado), 200.000 unidades.

Pergunta (O Dia) — Entre os grandes problemas brasileiros da atualidade, o da moradia se destaca como o mais sério, pois aflige considerável parcela das populações das grandes cidades; daí porque gostaríamos de saber, através da palavra de Vossa Excelência, se o programa do Governo, a cargo do Banco Nacional de Habitação, vem sendo executado nos prazos previstos e esperados por Vossa Excelência? E dentro dessas coordenadas quais as perspectivas reais que o Plano de Habitação oferece à classe média, bem como aos menos favorecidos?

Resposta — Sim, e os resultados ultrapassaram as previsões. Basta dizer que já existem convênios e contratos em valor superior a dois milhões de dólares, resultado que foi alcançado praticamente em 1967 e 1968. Em dois anos, ganhamos a liderança do setor habitacional na América Latina.

São as melhores possíveis as perspectivas para a classe média, em particular as parcelas menos favorecidas.

A totalidade do volume de obras em execução e programadas até fins de 71 destina-se, exatamente, à classe média, sendo que as camadas de mais baixa renda terão 615 mil unidades, dentre as 930 mil previstas, com toda certeza, à base dos recursos disponíveis.

Pergunta (Fatos e Fotos) — Numa das primeiras entrevistas de Vossa Excelência, como Presidente da República, foram ressaltadas duas grandes metas: a utilização da energia nuclear e o aproveitamento de nossos rios como vias de comunicação. Como vão os trabalhos nesses setores?

Resposta — Com referência ao aproveitamento de nossos rios como vias de comunicação, o Ministério dos Transportes está executando diversas obras de infra-estrutura nas vias navegáveis, a saber:

a) a eclusa da barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, que separa os Estados do Maranhão e do Piauí;

b) diversas eclusas no Rio Tietê, em São Paulo, com vistas a torná-lo francamente navegável;

c) no Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, está sendo construída a barragem e eclusa do Anel de Dom Marco, a qual, em conjunto com a Barragem do Fandango (já construída e em operação) e com a Barragem de Dois Irmãos (em fase de projeto) tornará esse rio navegável em toda a sua extensão.

Convém também ressaltar o convênio assinado no exercício anterior com a firma francesa SGTE, no valor de US$ 5 milhões, para estudos com um prazo de dois anos em toda a rede fluvial do País.

Presentemente, estão em construção em diversos estaleiros nacionais, 71 chatas, 15 empurradores, 2 rebocadores e 9 embarcações fluviais.

Independentemente dessas encomendas, já estão em tráfego, na Bacia do Prata e no São Francisco, os chamados sistemas de chatas-integradas, isto é, comboios de embarcações tracionadas por rebocadores-empurradores.

A propósito, o Ministério dos Transportes recebeu, recentemente, ofício da Sociedade Mineira da Agricultura, mencionando textualmente que «a quantidade de mercadorias que se transportava em um ano pelo Rio São Francisco, leva hoje apenas um dia». Pela primeira vez, diz o ofício, «se soluciona um problema que atravessou um século».

Em cada um dos grandes rios brasileiros entrarão em tráfego, gradativamente, tipos apropriados de embarcações visando ao aspecto peculiar das riquezas da região — minério, gado, carga geral — assim como ao atendimento das populações ribeirinhas no que se refere a transporte, saúde e assistência social.

Quanto à energia nuclear, darei as informações solicitadas quando responder a uma pergunta da «Última Hora», que trata especificamente da matéria.

Pergunta (Última Hora) — Que poderá Vossa Excelência adiantar sobre o desenvolvimento e a utilização da energia nuclear?

Resposta — As diretrizes que definem a política nacional de energia nuclear, com alta prioridade, fazem parte de adequado programa de desenvolvimento a cargo da Comissão de Energia Nuclear, cujas atividades principais foram:

a) construção, no Instituto de Energia Atômica, de duas plantas-piloto, visando à purificação nuclear do urânio. A primeira usina, já em funcionamento, foi projetada e construída no Brasil;

b) prosseguem as pesquisas de jazidas do urânio, em Poços de Caldas, já tendo sido constatada a existência de uma reserva de 300 toneladas de urânio metálico;

c) pesquisas de novas jazidas de urânio estão em desenvolvimento no Estado do Piauí, com perspectivas bastante promissoras;

d) firmou-se Convênio entre a ELETROBRÁS e a Comissão de Energia Nuclear, para implantação da primeira Central Nuclear no País, com potência da ordem de 500.000 quilowatts. No presente momento, desenvolvem-se estudos técnicos para a concretização desse objetivo.

Os trabalhos estão na fase da escolha do local, para instalações da Central na Região Centro-Sul, atendidos os parâmetros clássicos de segurança e demanda de energia.

e) no setor da agricultura, importantes estudos vêm sendo feitos em Piracicaba, destinados à aplicação de radioisótopos na produção agrícola. A Comissão de Energia Nuclear já prestou, nesse campo, assessoria técnica a vários empreendimentos da iniciativa privada, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara.

Pergunta (*Manchete*) — Em discurso pronunciado no dia 5 de abril de 1967, disse Vossa Excelência que «nosso desenvolvimento tem de ser feito no quadro da revolução científica e tecnológica que abriu para o Mundo a idade nuclear e espacial». Que avanços podem ser assinalados, nesse caminho, no governo de Vossa Excelência?

Resposta — Os programas desenvolvidos no setor da energia nuclear já foram objeto de resposta à pergunta anterior no jornal «Última Hora». Poderíamos, entretanto, aduzir o seguinte:

a) foram intensificados os estudos para produção de água pesada, tendo sido elaborado o projeto de instalação de uma usina-piloto;

b) com o auxílio da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas deu continuidade ao desenvolvimento de técnicas de construção de aceleradores lineares de elétrons. Aceleradores de dois milhões de elétrons-volts foram já construídos, achando-se em estudo a encomenda de mais dois ou três, de igual porte. Um outro, de 50 milhões de elétrons-volts, encontra-se em fase final de construção.

Cabe-me dizer, ainda, que no campo da ciência e da tecnologia, para garantir a execução do programa que se propôs, meu governo assegurou à Comissão de Energia Nuclear uma infra-estrutura de pessoal, através de lei especial que possibilitou a contratação de técnicos de nível superior, em número compatível com as responsabilidades atribuídas àquele órgão, no esforço comum para o desenvolvimento do País.

Pergunta (Rádio Tupi) — Vossa Excelência acredita que, ao término do seu governo, o Brasil já se tenha tornado auto-suficiente em petróleo?

Resposta — As perspectivas que se abrem para o Brasil, com a concentração de esforços nas áreas favoráveis da Plataforma Continental Brasileira, são sobremodo animadoras quanto à auto-suficiência, na produção de petróleo, num futuro não muito remoto. Quanto à fixação de prazo para se atingir essa meta, devem-se levar em conta inúmeros fatores de ordem geológica, que escapam ao controle humano. O que posso assegurar aos Senhores e ao País é que, após a Revolução de 1964, o ritmo de trabalho que vem sendo desenvolvido pela PETROBRÁS levou-a a resultados altamente expressivos, traduzidos, só no setor da produção de petróleo, com um aumento de cerca de 100%.

No meu governo, todo apoio tem sido dado à PETROBRÁS para que possa realizar, firmemente, as atribuições que lhe foram conferidas pela lei, como executora do Monopólio Estatal do Petróleo.

Pergunta (Rádio Tupi) — O ritmo em que se desenvolve a pesquisa, principalmente na Plataforma Continental, permite encarar com otimismo o futuro imediato?

Resposta — Embora estejamos ainda no início dos trabalhos de exploração da Plataforma Continental Brasileira, o ritmo imprimido aos trabalhos tem sido de tal maneira acelerado que, em menos de um ano, já foram perfurados quatro poços profundos, dos quais dois positivos, que confirmaram a existência de jazidas de petróleo na costa de Sergipe. Tais resultados foram tão promissores que levaram a direção da PETROBRÁS a contratar, em caráter prioritário, mais uma Plataforma de Perfuração Submarina, a qual deverá entrar em operação nos próximos meses, explorando as jazidas de petróleo daquela costa.

Daí, encarar o Governo com o mais justificado otimismo os trabalhos que se processarão doravante, convicto de que a existência de petróleo no Mar virá contribuir de maneira decisiva, no mais curto prazo, para que o Brasil possa alcançar a sua tão almejada auto-suficiência.

Pergunta (A Notícia) — Considerando tratar-se de assunto de maior interesse para as classes assalariadas, «O Dia» e a «Notícia» de-

sejam saber do Senhor Presidente da República se o Plano Nacional de Saúde, cuja implantação experimental vem sendo feita, a começar de Nova Friburgo, no Estado do Rio, oferece realmente vantagens concretas, em matéria de assistência médico-hospitalar para os segurados da Previdência Social e população brasileira em geral; e se for o caso, quando será aplicado em todo o território nacional?

Resposta — O Governo Brasileiro pretende, através do Plano Nacional de Saúde, levar assistência médica a toda a população, indistintamente, conforme já está sendo feito na Área de Saúde de Nova Friburgo, onde 223 mil habitantes de nove Municípios usufruem hoje, todos os serviços médico-assistenciais.

O Plano corrige desajustes; cria incentivos à interiorização dos médicos e à melhor distribuição dos leitos; promove a concentração dos recursos gastos em saúde, que até agora se encontravam dispersos e aplicados desordenadamente; estabelece a justa distribuição dos serviços médicos na comunidade brasileira.

Quanto ao pagamento por parte do usuário, no que se refere ao custeio da assistência médica, está prevista a contribuição de toda a população para o sistema, eliminando-se, assim, qualquer distinção entre segurados e não-segurados da Previdência.

A experiência de Nova Friburgo tem demonstrado a plena viabilidade do plano, estando os executores dos serviços médicos e a população da área inteiramente integrados e convencidos de que esta é a única política capaz de resolver um dos mais graves problemas brasileiros.

A implantação, em todo o território brasileiro, deverá estar terminada dentro do prazo de três anos.

Não havendo mais perguntas, peço licença aos jornalistas para dar por finda a nossa entrevista.

Respondi sempre com lealdade, franqueza e objetividade a todas as indagações que, através da Imprensa, me foram feitas pela opinião pública, revelando em maior ou menor grau suas dúvidas, esperanças e inquietações naturais.

Considero muito expressivo que tenham predominado, de modo absoluto, as perguntas sobre a evolução geral do nosso processo de desenvolvimento — indicação de que a importância desse processo já ganhou a consciência nacional, até poucos anos desviada para temas alheatórios, desligados da realidade e das preocupações do nosso tempo.

Entre as tarefas mais relevantes de meu governo, incluo a consolidação de tal consciência, pois ela, além de ser, por si mesma, um fator de progresso, tornará mais fácil conquistar a adesão do povo para

o programa que estamos executando e cujo êxito há de levar-nos com segurança à meta política da Revolução, que é o revigoramento e a vitória final da democracia em nossa terra.

Apelo a todos, para que nos ajudem nesse propósito. Não pensemos em governos, pensemos no Brasil. Os governos passam; e passam em função do Brasil que fica e há de ser uma das mais fortes e felizes nações de todo o Mundo.